

O Ensino de Literatura Perpassado pela Teoria Literária: Análises Literárias e Concepções de Identidade

La Enseñanza de la Literatura Impregnada por la Teoría Literaria: Análisis Literarios y Concepciones de Identidad

Ana Claudia Marini da Silva*
Ruberval Franco Maciel**
Eliane Maria de Oliveira Giacon***

Resumo: O presente artigo tem como objetivo ressaltar a importância da inserção de teoria literária nas análises literárias no ensino de literatura. A meta da transmissão de pressupostos teóricos é possibilitar a conquista da leitura crítica pelos alunos do ensino médio sobre questões que envolvam a identidade e a hibridização cultural. Por meio de pesquisa bibliográfica, abordaremos três concepções de identidade, de acordo com os argumentos de Stuart Hall e outros estudiosos, para análise dos personagens de dois romances históricos contemporâneos brasileiros, "Viva o povo brasileiro", de João Ubaldo Ribeiro, e "Cunhataí", de Maria Filomena Boissou Lepecki.

Palavras-Chave: Ensino de Literatura, Teoria Literária, Concepções de Identidade, Romance Histórico Contemporâneo Brasileiro.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo resaltar la importancia de la inserción de la teoría

Ensino de linguagem: a literatura perpassada pela teoria literária

O ensino de Literatura tem o papel fundamental na formação de leitores críticos e autônomos, pois o ato de ler demanda repertório abrangente em diversas áreas interdisciplinares. Além da transmissão de noções de leitura literária e análise literária (estilo, gênero textual, dados biográficos, contextualização histórica, análise de personagens, etc.), o professor deve incrementar a visão de mundo do estudante ao ensiná-lo a respeito de pressupostos teóricos,

* Mestranda em Historiografia Literária da Pós-Graduação do Mestrado em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Bolsista CAPES. anaclaudia.marinidasilva@gmail.com

** Prof. Dr. do Curso de Letras Port/Ing da Graduação e da Pós-Graduação do Mestrado em Letras na linha de Ensino de Linguagem: Língua e Literatura da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. ruberval.maciell@gmail.com

*** Profª Drª do Curso de Letras Port/Ing/Esp da Graduação e da Pós-Graduação do Mestrado em Letras na linha de Historiografia Literária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. giaconeliane@uems.br

literaria en los análisis literarios en la enseñanza de la literatura. La meta de la transmisión de presupuestos teóricos es posibilitar la conquista de la lectura crítica por los alumnos de enseñanza media sobre cuestiones que envuelven la identidad e la hibridación cultural. Por medio de la investigación bibliográfica, abordaremos tres concepciones de identidad, de acuerdo con los argumentos de Stuart Hall y otros estudiosos, para el análisis de los personajes de dos romances históricos contemporáneos brasileños, "Viva el pueblo brasileño", de João Ubaldo Ribeiro, y "Kuñatai", de María Filomena Boissou Lepecki.

Palabras claves: Enseñanza de Literatura. Teoría Literaria. Concepciones de Identidad. Romance Histórico Contemporáneo Brasileño.



históricos, sociológicos e filosóficos que contribuem para descortinar a polissemia textual. O docente deve instigar o aluno a buscar análises que superem a superfície do texto.

A recepção literária implica em criação/recriação de sentidos realizada no ato da leitura. Cabe ao professor de literatura assegurar que tal ato ocorra atrelado ao contexto histórico-social do aluno. O profissional da educação deve contribuir como facilitador, combatendo a desmotivação e aversão que muitos alunos sentem ao se depararem com os fragmentos de textos nos livros didáticos que são, muitas vezes, um instrumento hegemônico, distante de sua realidade e única fonte de exploração da leitura.

Dentro da sala de aula, a situação enfrentada pelo intermediador de conhecimentos perante seus discentes é a do hibridismo cultural decorrente dos fluxos migratórios, além disso, o professor tem de lidar com a rapidez de informações acessadas pelos jovens internautas da globalização. Diante de tal quadro, a instituição escolar não deve subestimar ou ignorar a identidade cultural dos seus alunos. A escola deve evitar a regulação de práticas sociais que reforçam estereótipos que determinam valores comportamentais homogêneos. É importante transmitir o respeito à diversidade cultural, incorporando experiências culturais ao processo de ensino da literatura e não esperar o contrário: que o aluno sempre

se encaixe no padrão etnocêntrico fomentado pelo uso excessivo do livro didático. Este material pode e deve ser usado, mas desde que seja manejado como ponto de partida e não somente como fonte exclusiva de ensino.

As diretrizes que acrescentam a literatura africana aos PCNs (parâmetros curriculares nacionais) são instrumentos que combatem a intolerância e promovem o multiculturalismo. Contudo, apesar da existência destas políticas afirmativas de inclusão e combate ao preconceito no âmbito escolar, a realidade diária enfrentada pelo profissional da educação continua desafiadora. Estes incentivos previstos em lei estão distantes dos planejamentos essencialmente baseados nos livros didáticos e supervisionados por profissionais com visão pedagógica tradicional.

Ainda que sejam incluídos nos livros didáticos os excertos de lendas indígenas, de literatura africana e textos fora do cânone literário, cabe ao professor a mediação significativa para que tais fragmentos não sejam apresentados de forma desconexa, direcionando-os a simples exercícios de preenchimentos de fichas ou resenhas exigidas como avaliação. A literatura não pode ser ensinada como monumento canônico de erudição, mas pelo contrário, precisa ser utilizada como ferramenta para garantir a transformação do leitor em indivíduo capaz de estabelecer relações sociais, posições críticas, autoconhecimento e representação identitária. A leitura cognitiva bem sucedida possibilita a alteridade ao se conectar com outras culturas e percepção do tratamento estético da linguagem. Segundo Antonio Candido, a literatura não deve ser excludente, mas fator preponderante na formação do Homem. Ele sustenta que:

A luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável. (CANDIDO, 2004, p. 191)

A leitura literária não se restringe à decodificação, mas à fruição e apreensão do texto por leitores críticos e não por “letores” que decorem informações estanques de períodos literários. Para que isso ocorra, é preciso que o aluno tenha o aparato teórico a sua disposição a fim de possibilitar o estudo da obra lida. Quem tem de intermediar o embasamento teórico é o professor. Ele é responsável por proporcionar ao aluno/leitor análises literárias relacionadas com o saber de outras áreas, visando uma leitura articulada com a pluralidade de interpretações inseridas no texto. Recuperando ainda o que diz sobre a literatura, Antonio Candido acrescenta sua definição ressaltando seu aspecto de criação coletiva. Ele defende que:

Com efeito, entendemos por literatura, neste contexto, fatos eminentemente associativos; obras e atitudes que exprimem certas relações dos homens entre si, e que, tomadas em conjunto, representam uma socialização dos seus impulsos íntimos. Toda obra é pessoal, única e insubstituível, na medida em que brota de uma confiança, um esforço de pensamento, um assomo de intuição, tornando-se uma “expressão”. A literatura, porém, é coletiva, na medida em que requer uma certa comunhão de meios expressivos (a palavra, a imagem), e mobiliza afinidades profundas que congregam os homens de um lugar e de um momento, para chegar a uma “comunicação” (CANDIDO, 2011, p. 147).

O desafio está em integrar a leitura de fruição, o repertório sociocultural do aluno e as abordagens teóricas que complementam a significação das entrelinhas do texto, tratando-se de objeto com linguagem burilada, artística e polissêmica. Os professores do ensino de linguagem, no caso em tela, de literatura, precisam ser capacitados a fim de subsidiar seus alunos para conquistarem autonomia no ato de leitura e não formar meros leitores que abandonam gradativamente o ato de ler depois que completam o ensino médio.

Com a intenção de demonstrar a pertinência da inserção de pressupostos teóricos e da interdisciplinariedade no ensino médio, considera-se a seguir dois exemplos de análises baseadas na problematização da questão identitária, do discurso etnocêntrico, o *locus* de enunciação e do hibridismo cultural.

As análises dos personagens dos dois romances históricos contemporâneos, “Viva o povo brasileiro” e “Cunhataí”, foram propositalmente selecionados porque envolve a releitura da história do nascimento do Brasil e da formação do povo brasileiro, bem como as questões ainda mais próximas de nossa região, suscitadas em “Cunhataí”, assinalando a necessidade de se levar em conta a escolha de uma obra que esteja em consonância com o contexto histórico-cultural do aluno.

Concepções de identidade no romance histórico contemporâneo brasileiro

De acordo com Stuart Hall (2004, p. 25), a identidade moldada pelos ideais iluministas, centrada na razão cartesiana, entra em colapso no início do século XX. Surge a partir desse contexto, o sujeito sociológico da modernidade, inserido em uma sociedade responsável pela mediação de valores e conceitos que são determinados e repassados ao indivíduo. Este homem moderno que não é autossuficiente sem estes parâmetros pré-estabelecidos, necessita do apoio das instituições (governamental, familiar e religiosa) para estabelecer a ordem e manter o controle hegemônico de informações. A crise de identidade localizada na pós-modernidade com o sujeito fragmentado, emerge em decorrência do declínio do mundo estabilizado a partir do final da década de sessenta do século passado.

Para o sociólogo, o sujeito pós-moderno possui identidade fragmentada, provisória ou permanente, pois a representação cultural é múltipla e cambiante a todo o momento e as informações acessadas são flutuantes, modificadas em grande velocidade. Ele cita a questão do deslocamento do centro para comunidades periféricas e o alcance das mudanças que a interconexão proporciona, considerando que:

Tanto em extensão, quanto em intensidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas do que a maioria das mudanças características anteriores. De forma crescente, as paisagens políticas do mundo moderno são fraturadas dessa forma por identificações rivais e deslocadas advindas especificamente da erosão da “identidade mestra” da classe e da emergência das novas identidades. (HALL, 2004, p. 21)

Os conceitos de identidade são descentrados, deslocados do discurso fechado e pronto do eurocentrismo, impostos pela sociedade desde o iluminismo cartesiano. A contestação de tais fórmulas cristalizadas parte do surgimento das vozes subalternas e periféricas e o fenômeno da globalização propiciou ainda mais mudanças em instituições, atingindo a organização das sociedades tradicionais e também as culturas locais e suas especificidades. A consequência para o indivíduo na modernidade tardia é a perda de referência com o constante deslocamento do centro uniforme em direção às margens porosas.

O entendimento de Bernd corrobora o que Stuart Hall classifica como sendo o sujeito do iluminismo. Ela analisa a obra ubaldiana como releitura de nossa história e acrescenta o papel da Igreja e a influência dos reis do Século XVIII na disseminação de ideias iluministas na formação do Novo Mundo. Ela explica que:

Este predomínio do raciocínio lógico, a valorização das “luzes”, atravessou o Atlântico, estendendo sua influência até o novo mundo. O que foi salutar, num primeiro momento, levou, em alguns contextos, à ditadura da razão e a verdadeiras obsessões de racionalidade e eficácia. Apostar unicamente no primado da razão levou à construção de uma sociedade dominada por estruturas e métodos e obcecada pela especialização. Nesta linha de restauração de equilíbrio, pode-se incluir João Ubaldo Ribeiro que, na maioria de suas obras e sobretudo em *Viva o povo brasileiro*, patenteia a palavra da noite, não com o intuito de suplantá-la, mas de instaurar o dialogismo e a polifonia. Fica assim sugerido – como possibilidade – o caminho do meio, do entre-dois, para retomarmos uma feliz expressão de Daniel Sibony (1991), e não a urgência de optar definitivamente entre uma via e outra de acesso ao conhecimento. (BERND, 2001, p. 137-138)

O novo romance contemporâneo “Viva o povo brasileiro” tem como objetivo desmistificar a história oficial do povo brasileiro, propondo uma discussão sobre a identidade nacional e, para tal propósito, sustenta dois polos discursivos opostos entre a elite dominante branca, rica e letrada, em confronto com a classe dos dominados negros e mulatos, pobres e analfabetos. No início do romance

demonstra-se a rejeição dos indígenas diante da colonização europeia (portugueses e holandeses) e da catequização jesuítica. De acordo com Giacon, a tensão entre os dois pontos extremos propicia convergências e divergências, individuais e coletivas, em busca da definição de identidade. Ela enfatiza que:

Quando os personagens olham o outro e se identificam com eles, eles criam uma rede, na qual começa a definição do que seja o povo brasileiro, a partir de uma ótica estritamente pessoal, cujas representações se baseiam em afinidades. Seria, entretanto, possível pensar em povo brasileiro pela busca de uma identidade, que seria um processo de permanente movimento de deslocamento, que se constrói com as representações que um indivíduo tem de si e de sua coletividade (GIACON, 2012, p 92,93).

O escritor João Ubaldo Ribeiro, em sua obra “Viva o povo brasileiro” utiliza vários recursos estilísticos do romance histórico contemporâneo para representar os discursos dos personagens. Ele recorre à dialogia e à intertextualidade para construir o embate entre as classes dos dominadores e dos dominados, acrescentando a paródia e a carnavalização a fim de traçar o perfil dos personagens que se encaixam nas três concepções identitárias classificadas por Stuart Hall: sujeito iluminista, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno.

Analogamente, “Cunhataí” tem função dessacralizadora, unindo romance ficcional com história, contestando fatos da versão oficial da Guerra do Paraguai difundidas em nosso país. No entanto, em diferença dissociativa com a obra ubaldiana, “Cunhataí” mescla personagens ficcionais com personagens históricos (D. Pedro II, Princesa Isabel, Francisco Solano López, Alfredo d’Escragolle de Taunay).

Segundo a explanação de Nascimento (2006, p. 303), o romance histórico pós-moderno reflete a apatia em relação aos relatos históricos: “não sendo utópico, pelo contrário dessacraliza a hegemonia e a única versão da história oficial, fazendo uma revisão da história herdada, embora mantenha estrutura de romance tradicional”. Ela explica que a narrativa do romance é cíclica, começando em nossos dias, com duas narradoras femininas, transferindo o ofício a um narrador onisciente que situa a narrativa na época histórica das batalhas de Nhandepá e da Retirada da Laguna, durante a Guerra do Paraguai. No final da trama digressivamente retorna à Fazenda São Miguel e aos diálogos dos personagens contemporâneos de Rosália e Coralina. Assim, suas personagens também podem ser analisadas pelo prisma classificatório do sujeito iluminista, sujeito sociológico ou pós-moderno.

O tipo de sujeito que habita a região sul de Mato Grosso (Aquidauana, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Coxim) é retratado no romance histórico “Cunhataí”. Os personagens que se juntam aos demais soldados brasileiros, servindo como guias da região e até mesmo as populações refugiadas das cidades mato-grossenses (à

época da Guerra do Paraguai ainda não havia a divisão do estado, por essa razão mantêm-se Mato Grosso) invadidas e destruídas pelos paraguaios, são mencionados na obra de Maria Filomena B. Lepecki.

O historiador Francisco Doratioto recuperou informações sobre este conflito que perdurou por cinco anos e ceifou milhares de vidas. Ele revisou mitos estabelecidos sobre a guerra entre o Paraguai e a tríplice aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) publicado em seu livro “Maldita Guerra”. Além de desestruturar a versão do interesse internacional da Grã-Bretanha no embate, expõe o real motivo baseado na disputa de interesses regionais e econômicos e ainda confirmou a invasão de cidades brasileiras pelos paraguaios¹. De acordo com o historiador, a retirada do comandante do Forte Coimbra Hermenegildo de Albuquerque Porto Carrero em 6 de janeiro de 1865, foi motivada pela incursão em maior número de paraguaios nessa fortaleza e captura de dez canhões brasileiros, transportados para a fortaleza de Humaitá. Ele declara que:

Na fortaleza de Humaitá, instalou-se a “bateria coimbra”, assim denominada pelo fato de os dez canhões que a compunham terem sido capturados no forte brasileiro. De todo modo, a decisão de retirada de Portocarrero se justifica se considerar a grande inferioridade numérica entre os defensores do forte e os atacantes, bem como da falta de tempo hábil para aguardar reforço de Corumbá. O sacrifício dos defensores de coimbra dificilmente teria resultado militar positivo e podia, no máximo, retardar o avanço paraguaio em algumas horas. Dois dias depois a força paraguaia desembarcou a cerca de doze quilômetros de Corumbá, que contava com pouco mais de mil habitantes (DORATIOTO, 2002, p101).

Os personagens de “Cunhataí” receberão uma análise embasada nos estudos culturais por tratar-se de método interdisciplinar que permite a visão histórica dos fatos, sendo o mais apropriado para o estudo de um sujeito intervalar, com especificidades identitárias, residentes em região fronteiriça. Parte da história fictícia ocorre na região de Bodoquena, nas fazendas de Rosália e Coralina, entrelaçada com história oficial localizada entre o norte do Paraguai e o sul de Mato Grosso, na época da guerra.

¹ O livro “Fronteiras Esquecidas. A construção de hegemonia nas fronteiras entre os rios Paraguai e Paraná” dos escritores Paulo Marcos Esselin, Tito Machado de Oliveira & Marco Aurélio Machado de Oliveira, discorre entre outras questões, sobre o impacto da Guerra do Paraguai nas cidades brasileiras na região do Pantanal. Os autores declaram que: “A invasão paraguaia em 1864 avançou sobre Coimbra, Miranda, Aquidauana, Nioaque, Dourados, Coxim e boa parte dos Pantanaís. Provocou a desorganização das vilas e fazendas de gado bovino, saqueadas pelos paraguaios, que se serviram, em especial, dos rebanhos mato-grossenses encontrados para o abastecimento de seu numeroso contingente militar. Os habitantes dessa zona fronteiriça, que não foram afetados de forma direta pela invasão, sofreram as consequências do prolongamento da guerra, padecendo pelo isolamento, pela carestia do abastecimento e por outras dificuldades. Outros sofreram com o aprisionamento de suas famílias, levadas à força para Assunção, e com a ruína de seus negócios e de suas propriedades”. (ESSELIN, OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2012, p 93).

Classificação identitária das personagens de “Viva o povo brasileiro”

O romance histórico “Viva o povo brasileiro” elenca personagens através de dois pólos divergentes, fazendo uma releitura da história brasileira e do mito da união das três raças formadoras da identidade nacional, o branco, o índio e o negro. Começando a datar a trama em 1647, o narrador ubaldiano apresenta o caboclo Capiroba, descendente de negro e índio, em plena fuga do proselitismo da redução jesuítica estabelecida em sua aldeia. Os membros dessa ordem religiosa são classificados como sujeitos iluministas portadores da razão e da fé cristãs, com visão eurocêntrica, que chancelam a presença da elite dominante do colonizador, convertendo as almas pagãs e salvaguardando a fé dos novos súditos, submissos à cruz da Igreja e à espada da Coroa portuguesa.

O personagem Capiroba, suas três mulheres e suas filhas, são autóctones que resistem à aculturação. São índios antropófagos e pagãos, portanto não se enquadram na classificação dos três tipos de sujeito (iluminista, sociológico e pós-moderno), pois são formadores de sua própria tribo e costumes, isolados na mata, até serem capturados e assassinados por portugueses. Sua filha Vu, grávida do holandês Sinique, é feita escrava dos portugueses, mas resiste à violenta sina até a morte. A criança, menina mestiça, dará início aos descendentes de Dadinha, negra sábia que aos cem anos de idade transmite oralmente seus ensinamentos para a comunidade de escravos das terras do Barão de Pirapuama.

Todos os escravos que vivem nas terras do Barão de Pirapuama são considerados do ponto de vista eurocêntrico, por Perilo Ambrósio e seus descendentes, como raça inferior, mercadoria, objeto, selvagens com linguagem incompreensível. De forma analítica, podem ser enquadrados como sujeitos sociológicos, pois formam a comunidade negra portadora de conhecimentos ancestrais de origem africana, da nação ioruba, praticantes do candomblé e formadores da Irmandade da Casa da Farinha. Os descendentes de Dadinha são Turíbio Cafubá, Venância e Maria da Fé.

Perilo Ambrósio, oportunista, se arvorou na condição de herói da Independência do Brasil assassinando o escravo Inocêncio para usar seu sangue, e em seguida, corta a língua de outro negro, denominado Feliciano, para que este não revele o crime de seu senhor. Perilo Ambrósio torna-se barão, herda os bens da família e é recompensado pelo governo. É um personagem que se encaixa no sujeito iluminista, de visão individualista, eurocêntrica, com capacidade de agir racionalmente sem escrúpulos para atingir seu objetivo, inclusive casando-se com Antonia Vieira por interesse em sua herança. Por sua crueldade com os escravos e

por estuprar Venância, morre envenenado por Feliciano, Budião, Júlio Dandão e Merinha. As argumentações do Professor Doutor em Humanidades, Homi Bhabha, se encaixam nas considerações anteriores a respeito dos estereótipos formados pela classe dominante sobre os negros escravizados. Ele declara que:

Mas certamente há outra cena do discurso colonial em que o nativo e o negro correspondem à demanda do discurso colonial, onde a “cisão” subversora é recuperável dentro de uma estratégia de controle social e político. É reconhecidamente verdade que a cadeia de significação estereotípica é curiosamente misturada e dividida, poliforma e perversa, uma articulação da crença múltipla. O negro é ao mesmo tempo selvagem (canibal) e ainda o mais obediente e digno dos servos (o que serve a comida); ele é a encarnação da sexualidade desenfreada e, todavia inocente como uma criança; ele é místico, primitivo, simplório e, todavia o mais escolado e acabado dos mentirosos e manipulador de forças sociais. Em cada caso, o que está sendo dramatizado é uma separação – *entre* raças, culturas, histórias, *no interior de* histórias – uma separação entre *antes* e *depois* que repete obsessivamente o momento ou disjunção mítica (BHABHA, 2010, p. 126).

Outro personagem, Amleto Ferreira, mulato descendente de pai inglês com a mulata Justina, é funcionário ambicioso que gerencia os bens do Barão. Por ocasião da morte do patrão amealha uma fortuna com desvios de dinheiro das empresas do Barão de Pirapuama e corrupção a funcionários do governo. Torna-se o patriarca da família Ferreira-Dutton (nome falsificado), renegando sua origem escondendo a mãe mulata, com o objetivo de forjar uma imagem europeia. Casa-se com a portuguesa Teolina.

Este personagem mantém costumes como alisar os cabelos e alimentar-se de comidas tradicionais britânicas, educando os filhos com o auxílio de preceptoras inglesas e assim, pode ser classificado como sujeito iluminista, pois, esforça-se em ostentar uma identidade forjada nos moldes europeus em detrimento de sua origem. É o típico caso de xenofilia, ou seja, um sentimento de aversão à origem e costumes do país onde se nasce e uma reverência enaltecida aos costumes de outro país.

Seguindo a argumentação de Homi Bhabha, ao se aplicar à busca pela ascensão, Amleto, o “arremedo” de europeu colonizado que negligencia e despreza sua identidade e tenta refletir a imagem do sujeito colonizador torna-se alguém de imagem difusa, transformado em um mímico patético. Tal hibridização cultural não aplaca as questões político-sociais tão assimétricas, totalmente incompatíveis entre dominante e dominado. Ele considera que:

Para se apreender a ambivalência do hibridismo, ele deve ser distinguido de uma inversão que sugeriria que o originário é, de fato, apenas o “efeito”. O hibridismo não tem uma tal perspectiva de profundidade ou verdade para oferecer: não é um terceiro termo que resolve a tensão entre duas culturas [...] a especularidade colonial, duplamente inscrita,

não produz um espelho onde o eu apreende a si próprio; ela é sempre a tela dividida do eu e de sua duplicação, o híbrido (BHABHA, 2010, p. 165).

Todos os descendentes de Amleto Ferreira-Dutton, com exceção de Patrício Macário, seu filho caçula, mantêm o mesmo tom de discurso elitista e se empenham em conseguir casamentos vantajosos e compatíveis com seu nível social. Prosseguem zelando pelos bens herdados, ampliando seus negócios e transferindo suas fortunas para o Rio de Janeiro e São Paulo. A história da família perpassa diferentes épocas históricas do Brasil, a princípio servindo aos interesses da monarquia, dividindo os lucros da mão-de-obra escrava e posteriormente trocando de lado, apoiando a república e beneficiando-se dos lucros provenientes da exploração dos pobres. A elite econômica e social sempre flertou com o poder e a chancela da Igreja. A história da ascensão da família Ferreira-Dutton no enredo deste romance histórico mimetiza a história das famílias tradicionais brasileiras.

O personagem Patrício Macário foi desprezado pelo pai por causa de suas atitudes rebeldes e aparência mais próxima da raça negra. Por essa razão, foi encaminhado à escola militar do exército, tornando-se tenente. Foi durante uma operação do exército ao combater os milicianos da Irmandade da Casa da Farinha, que conheceu Maria da Fé, chefe dos rebeldes. Ao tornar-se militar aproximou-se dos traços do sujeito sociológico, pois seus pensamentos e ações eram motivados pela corporação com o intuito de defender uma sociedade organizada tradicionalmente, estruturada pelas instituições monárquicas. Participou da Guerra do Paraguai e ao retornar para sua terra natal começou a desapontar-se com a carreira militar, participando de reuniões republicanas secretas.

Quando Patrício Macário começa a conhecer os ritos do candomblé e reconhece Maria da Fé, se apaixona por ela, e tudo o que ele aprende sobre o povo brasileiro e a existência da Irmandade da Casa da Farinha, modifica sua identidade, tornando-a menos cristalizada, aberta para outras experiências. Porém, com a separação dos amantes, ele decide mudar-se para o Rio de Janeiro com a família de seu irmão e continuar sua carreira militar, chegando ao posto de general.

Algumas características do sujeito pós-moderno enquadra-se no perfil fragmentado de Patrício Macário, pois, tem de lidar continuamente com identidade múltipla e cambiante. Seu conflito entre ser militar e pertencer a uma família elitista em oposição aos pensamentos ideológicos da irmandade do povo brasileiro o impinge a, por fim, ser o encarregado de transcrever os conhecimentos orais da canastra, transmitida por Júlio Dandão.

Júlio Dandão também é um personagem peculiar, pois além de ser negro alforriado e pescador que trabalha para o Barão na pesca da baleia, espera mui-

tos anos até poder vingar-se pela morte de seu único filho, o escravo Inocêncio. Após o falecimento de Perilo Ambrósio, Júlio Dandão, descendente dos escravos muçulmanos, funda na casa da farinha, uma irmandade com Zé Pinto, Budião e Feliciano, repassando o conhecimento através de uma misteriosa canastra. Este homem livre vive isolado dos outros escravos por não compartilhar seus ritos religiosos. Nem pode ser considerado sujeito iluminista, por ser negro, nem sujeito sociológico, embora funde uma sociedade por não querer desperdiçar seus conhecimentos.

Outro negro que vive entre a fronteira porosa, nas brechas que produz a complexidade da sociedade monárquica e escravocrata, é o negro alforriado Leovegildo. Com muita esperteza e trabalho, fazendo favores aos importantes, possui negócios rentáveis tanto lícitos quanto ilícitos. Procura se adequar a algumas regras da elite como vestimenta apropriada, estudo, descrença e recusa aos cultos africanos, patrocínio a festas católicas. A aculturação do nego Leléu configura-se por interesse econômico, podendo ora se enquadrar nos parâmetros iluministas, ora no alinhamento com o sujeito sociológico, dependendo da situação que requer sobrevivência e conveniência.

Pode-se observar que tanto nos estratos dos menos favorecidos, quanto na elite, ocorrem diferenças sociais, religiosas, ideológicas e comportamentais, fato que reitera a heterogeneidade identitária brasileira desde a sua tenra formação. Outra declaração de Homi Bhabha resume bem o que se define como povo:

O povo não é nem o princípio nem o fim da narrativa nacional; ele representa o tênue limite entre os poderes totalizadores do social como comunidade homogênea, consensual, e as forças que significam a interpelação mais específica a interesses e identidades contenciosos, desiguais, no interior de uma população (BHABHA, 2010, p. 207).

O lugar de enunciação dos escravos, mesmo os que lutaram pela pátria, era praticamente nulo. Muitos tentavam a alforria por meio do alistamento militar, mas não possuíam “voz”, ou posição de destaque. Na obra ubaldiana é narrado o caso do personagem Budião, exemplo que demonstra como eram ignorados. Ele lutou na guerra Farroupilha no Rio Grande do Sul e na trama ficcional liberta Bento Gonçalves com a ajuda da irmandade, mas percebe que nem assim consegue alforria, respeito e igualdade quando retorna à sua terra. Decepcionado, adere ao bando de Maria da Fé e todos aprendem com ela a ter orgulho de ser negro e a não se iludir com o advento da República, pois “nem Rei, nem Presidente dá coisa alguma ao povo brasileiro”. Todos do bando de Dafé são sujeitos sociológicos, vivem em comunidade.

Por essa razão, podemos classificar Dafé como uma mulher bem à frente do seu tempo, pois as sociedades tradicionais ou modernas do período histórico

conhecido como Velha República, onde se inserem os feitos de Maria da Fé na Guerra dos Canudos, jamais admitiriam a liderança feminina. Enquanto vivia com seu avô adotivo, nego Leléu, ela queria tornar-se professora, escolha satisfatória para uma mulata de olhos verdes com boas condições financeiras. Até poderia se casar muito bem, pois fora educada nos moldes eurocêntricos, para ser “uma boa esposa”. Após sofrer o choque traumático por ver a mãe agredida e assassinada, redimensionou sua vida em busca de justiça social.

Para Giacon, o romance ubaldiano sintetiza por meio dos personagens escolhidos, os tipos mais representativos que compõem os vários estratos sociais, problematizando a questão da formação da identidade brasileira:

O contingente humano de brasileiros é formado por um grupo de elementos europeus, africanos, mamelucos, cafuzos, enfim, um aglomerado híbrido que criou uma maneira de ser que tem um pouco de Leléu, Maria da Fé, de Bonifácio Odulfo e de Macário. Esses tipos brasileiros no romance se repetem, reforçando a definição do povo brasileiro. Capiroba, Vu, Maria da Fé, Vevé e Stalin José são os dominados que sobrevivem e se identificam com o povo brasileiro. Esse grupo opõe-se às elites, os dominadores, formadas por personagens como Amleto, Bonifácio Odulfo e Eulálio Henrique. Os dois tipos, embora antagonônicos, se completam na definição do brasileiro, como um povo que vive como qualquer outro, uma luta entre as classes sociais, mas que tem alguns traços comuns (GIACON, 2012, p 95).

Desta maneira, permanece a interrogação quanto ao que vem a ser a brasilidade, qual é a identidade do povo brasileiro. A obra aberta de João Ubaldo Ribeiro não responde a essas questões, nem pretende propor um discurso maniqueísta, no entanto, indica que a identidade brasileira está em constante elaboração e pode abarcar propostas positivas, indo além dos extremismos e fixidez.

Concepção identitária das personagens de “Cunhataí”

O romance histórico “Cunhataí” de Maria Filomena B. Lepecki é dividido em três partes: “O Caminho”, “O Território” e “A Guerra”. A primeira parte descreve a formação das tropas do exército brasileiro reunidas por soldados provenientes das diferentes regiões brasileiras, tendo como ponto de partida, a cidade de Campinas. A missão do exército é ir em direção ao sul de Mato Grosso atravessando os sertões e pantanais da região e expulsar os paraguaios das cidades de Cuiabá e Corumbá, atacando o forte de Humaitá, em território fronteiriço com o norte do Paraguai.

Os personagens começam a ser identificados no espaço da cidade de Campinas, local onde se abriga a tropa e se recepciona a elite dos comandantes com bailes, saraus e espetáculos no teatro municipal. O trio de protagonistas, Micaela,

Ângelo Zavirria e Ildefonso Santa Cruz pertencem à elite e têm formação tradicional no começo da trama. Micaela é neta de um barão do café, membro de uma família católica e monarquista, cujo pai também é proprietário de fazenda e a mãe herdeira de alguns luxos da família rica.

Quanto à classificação identitária dos protagonistas, verifica-se que na primeira parte ainda podem ser classificados como sujeitos Iluministas, entretanto, com o avançar do enredo mostram-se modificados pelas contingências da vida. Pode-se perceber que a sequência dos acontecimentos históricos da trama, como a irrupção da Guerra do Paraguai, determina reviravoltas nas concepções de identidade dos personagens principais e secundários. O trauma da Guerra afeta todas as pessoas envolvidas. Sobre as transformações sofridas durante a história da Humanidade, Stuart Hall discorre sobre a gradativa mudança na conquista do homem que passa a ser considerado como indivíduo racional no Iluminismo em oposição ao determinismo teocentrista do período anterior designado como Humanismo. Ele esclarece que:

As transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas. Antes se acreditava que essas eram divinamente estabelecidas: não estavam sujeitas, portanto a mudanças fundamentais. O *status*, a classificação e a posição de uma pessoa na “grande cadeia do ser”, entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, representou uma ruptura importante com o passado (HALL, 2011, p. 25).

Ângelo Zavirria é descendente de pai português e mãe paraguaia, foi criado pela avó materna e pertence ao grupo seletivo de amigos do ditador paraguaio Francisco Solano López. Seu oponente, o comandante Santa Cruz é militar formado pela escola alemã, um homem rigoroso com noção de hierarquia e organização, refletindo ser um sujeito iluminista guiado pela razão, contudo, possui a ambiguidade de ter formação europeia e ser, ao mesmo tempo, extremamente patriótico no comando do exército brasileiro.

Outro aspecto que foge à classificação de sujeito com identidade fechada é o fato de o comandante nutrir sentimentos românticos por Micaela durante a guerra. O cenário de guerra com ambiente predominantemente masculino e hostil não é propício para paixões. Isso demonstra o quanto é complexo classificar um personagem de modo preciso.

Mais um exemplo de personagem ambivalente é o tenente espião Ângelo Zavirria. Ele possui traços de sujeito iluminista, pois é proveniente de uma educação tradicional, viajando para a Europa em companhia do influente e poderoso Solano López. Embora mantenha laços sanguíneos e culturais com o Brasil, incluindo formação militar e fluência em quatro idiomas, o tenente foi criado pela

avó paraguaia. Portanto, é um sujeito dividido entre a pátria paraguaia e o amor pela esposa brasileira Micaela. Por isso pode ser considerado também um sujeito intervalar, deslocado do centro, fraturado e globalizado, similar ao sujeito pós-moderno.

Micaela, apesar de receber uma educação tradicional, criada para ter um bom casamento, foge ao padrão das heroínas românticas e persegue seu destino com a ajuda de sua madrinha. Em um período curto de tempo, sua madrinha curandeira e parteira, a prepara para ser sua sucessora. Micaela descobre aos poucos e com muito sofrimento que existem outros tipos de pessoas que vivem distante das amarras de uma identidade cristalizada e entende que há uma razão maior na insistência em acompanhar seu marido na guerra. Ela pode ser útil a essas pessoas.

Ela reconstrói sua vida, escapando de rótulos e opta por uma nova identidade, mais livre, mais aberta a novas experiências. Assim como Maria da Fé, ela é uma mulher bem à frente de seu tempo. A protagonista de “Cunhataí” passa a conviver com o grupo de mulheres e crianças conhecido pelo nome de “impedimenta”. Essa comunidade é formada pelas esposas e filhos de soldados de baixa patente, além de prostitutas que seguem junto com comerciantes e tropeiros, posicionando-se na retaguarda da tropa de soldados brasileiros. São pessoas que se unem com o objetivo de sobreviver à guerra, pois não têm muita opção, em sua grande maioria são escravas e prostitutas brancas e negras, além de mulheres de soldados negros que lutam em busca de alforria.

A elite militar tem tratamento diferenciado, mas ao passo que as condições se tornam precárias devido à degradação da guerra, com fome e doenças, os comandantes e soldados se igualam diante da miséria e estupidez humana. As baixas e deserções reduzem consideravelmente o número de homens e mulheres. Como consequência da situação desoladora no campo de batalha, com o horror das mortes dos dois lados, dos paraguaios e dos brasileiros, os sobreviventes aprendem a enxergar o “outro”, e a percepção de alteridade entre os que restaram com vida faz com que se aproximem superando diferenças raciais e sociais.

É o caso de Micaela e da escrava Ana Preta, tornam-se amigas e companheiras dispostas a reivindicar o que lhes é devido: a promessa do governo imperial de doar terras devolutas para os remanescentes que lutaram na guerra. Somente ao passar por situação extrema como a guerra e a iminência do risco de morte que Micaela se liberta de todo o preconceito recebido como parte de sua educação tradicional. Ela decide permanecer nas terras conquistadas ao lado do segundo marido, o comandante Idelfonso Santa Cruz, pois sabe que se retornar para junto de sua família terá de se sujeitar novamente aos padrões de uma sociedade regulada por normas extremamente tradicionais.

A argumentação do escritor Edgar Nolasco ratifica a questão do impacto desse conflito sangrento, ocorrido no sul de Mato Grosso, sobre as especificidades identitárias, características dos habitantes desta região, residentes fronteiriços. Ele explica que a Guerra do Paraguai reflete de maneira marcante nesse indivíduo:

Um sujeito intervalar, fronteiriço como o homem sul-mato-grossense, de coração partido por veias fronteiriças que não se rompem, está condenado a ver demais e, por extensão a não trair aquela voz multilingual, mesmo que tenha sido sangrenta como a Guerra do Paraguai, mas que insistentemente retorna para lembrar ao sujeito sua condição e lugar de herança/errância, pois está em um lugar que um dia pertencera a Outro (NOLASCO, 2011, p. 155).

Com efeito, os brasileiros da região fronteiriça serviram como guias para os soldados e muitas tribos indígenas também auxiliaram o exército brasileiro nas batalhas decisivas para a vitória e recuperação das cidades invadidas pelos paraguaios. Essas terras fronteiriças sempre foram motivo de disputa entre portugueses e espanhóis e depois entre brasileiros e paraguaios. O fato é que a população indígena sempre foi a mais prejudicada nesses conflitos. Prosseguindo com seu argumento sobre a formação das nações e disputas de territórios na tentativa de homogeneizar diferentes culturas, Stuart Hall considera que uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ele defende que: “A cultura é também uma estrutura de poder. A maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta – isto é, pela supressão forçada da diferença cultural” (HALL, 2010, p. 60).

O romance histórico contemporâneo brasileiro “Cunhataí” é uma tentativa de revisar a história hegemônica e apesar de contradições e ambiguidades em seus personagens, muitas vezes inseridos em episódios rocambolescos do romance tradicional, demonstra a porosidade da cultura fronteiriça transformando aos poucos a identidade fixa dos personagens quando entram em contato com o “outro” proveniente de outras culturas. Há um hibridismo ocorrido entre os moldes iluministas da elite militar com as identidades fronteiriças multiculturais.

Considerações Finais

A teoria literária é imprescindível como aliada do professor no ensino. Ela amplia o conceito da literatura enquanto instrumento de transformação social visando o discurso crítico. É importante estreitar as relações entre teoria literária e ensino de literatura, pois, enquanto a teoria não adentrar no contexto escolar, as aulas continuarão restritas ao estudo obra/autor ou pior, circunscritas a análises de

fragmentos literários para reforçar o ensino de gramática, deixando em segundo plano a polissemia textual sob a ótica interdisciplinar.

Foi com o objetivo de comprovar a viabilidade do entrelaçamento da teoria literária com as análises literárias, que foram selecionadas obras mais próximas da realidade dos leitores de ensino médio, incluindo uma obra com história regional. As análises foram restritas apenas aos personagens, devido ao espaço reduzido, todavia, poderiam abranger outras questões pertinentes como análises psicológicas ou ainda explorar as características geopolíticas do território fronteiro entre Brasil e Paraguai.

Os dois romances históricos contemporâneos analisados problematizam a complexa questão identitária brasileira, frequentemente debatida desde os tempos da Independência do Brasil. A tentativa de se forjar uma identidade baseada no modelo da miscigenação das três raças é propalada na literatura brasileira desde o século XIX com os romances indianistas e, posteriormente, por meio de poesias que fomentavam o debate acerca da escravidão no Brasil.

Com o advento do novo romance histórico brasileiro, difundiu-se o questionamento da suposta identidade brasileira, pronta e acabada. A história dos nossos heróis foi reexaminada e foi concedida a voz ao povo desfavorecido. O discurso tendencioso e preconceituoso das elites dominantes foi exposto e a fixidez da identidade eurocêntrica foi confrontada com a identidade multicultural. Ademais, o sincretismo religioso entre a religião dominante e os ritos do candomblé demonstra o quanto esse assunto da formação da identidade brasileira não pode ser reduzido apenas à questão da representabilidade da miscigenação das três raças, pois as injustiças sociais ainda são a grande mazela da sociedade brasileira.

Questões sociais como a pobreza e analfabetismo e a disputa de terras, ainda não resolvidas em plena modernidade tardia, são lembradas nesses dois romances históricos que apontam o início dos problemas que ainda esperam por solução em cinco séculos da nossa história. A identidade brasileira ainda está em formação e requer o enfrentamento dos problemas sociais nos diálogos tensionais entre as várias camadas representativas da sociedade.

No que concerne à análise dos personagens femininos, representadas pelas protagonistas, Maria da Fé e Micaela, o objetivo foi expor as condições das mulheres no Brasil. No romance de João Ubaldo Ribeiro registra-se como as mulheres da elite nos Séculos XVII até o XIX, tinham somente a incumbência de procriação no casamento e restava a elas o arranjo vantajoso ou a vida reclusa no convento. A sufocante falta de perspectiva e vida medíocre pode ser observada no episódio

(capítulo 11) do suicídio de Carlota Borromeia Ferreira-Dutton, casada com Vasco Miguel, descendente do Barão de Pirapama.

Quanto as degradantes condições das escravas negras que eram estupradas e separadas de seus bebês a fim de serem vendidos pelos senhores de escravos, também foram abordadas tanto no romance de João Ubaldo Ribeiro (Venância, estuprada por Perilo Ambrósio e assassinada por quatro rapazes brancos, sem que fossem condenados pelos crimes de estupro e assassinato) quanto no de Filomena B. Lepecki. As escravas em “Cunhataí” são retratadas dentro do grupo denominado “impedimenta” que se posicionava na retaguarda do exército brasileiro, junto com tropeiros. Elas se juntavam a esse grupo de mulheres de soldados e crianças, trabalhando como lavadeiras ou se prostituindo. Preferiam acompanhar os soldados negros na ilusão de serem mais tarde alforriadas.

As protagonistas Micaela e Maria da Fé representam a resistência a esses moldes fixos de identidade eurocêntrica. No caso de Micaela, a mudança de seu destino de dona de casa para dona da sua própria terra, e de Maria da Fé, o abandono da perspectiva de ser professora esperando arranjar um bom casamento e ser submissa a um futuro pretendente, para liderar uma milícia em busca de justiça social e defesa do povo oprimido. São personagens que estão além das concepções identitárias iluministas, ora se enquadrando no sujeito sociológico, ora no sujeito pós-moderno, mulheres que não se adaptam às regras de uma sociedade patriarcal.

Ademais, outro aspecto relevante é a presença e participação feminina na Guerra do Paraguai retratada de forma inédita no romance de uma autora, que escreve sobre um assunto preconizado exclusivamente por homens. “Cunhataí” não é somente uma reescritura que dessacraliza a histórica hegemônica da Guerra do Paraguai, mas, sobretudo, é um enfoque do ponto de vista feminino das questões que margeiam o conflito, demonstrando as condições desumanas das mulheres que acompanhavam as tropas militares.

É interessante que além da escolha por uma protagonista impetuosa (Micaela), que determina seu futuro fora dos moldes tradicionais, a escritora também utiliza duas narradoras, Rosália e Coralina, para entrelaçar as questões contemporâneas da emancipação feminina. É verificado no caso da jornalista Coralina que pesquisa a batalha de Nhandepá na Guerra do Paraguai, ocorrida em suas terras e nas terras da fazenda de sua amiga Rosália. Além de poder escolher sua profissão, incentiva Rosália a resolver o impasse diante da venda ou da permanência e gerência da fazenda, demonstrando as mudanças nas perspectivas das mulheres quanto à liberdade de escolha, bem diferente das condições das mulheres no Brasil Imperial e escravagista.

Portanto, as classificações das concepções identitárias das personagens de “Viva o povo brasileiro” e “Cunhataí”, são o emblema das múltiplas identidades do brasileiro, pois ainda há uma classe dominante que usa a religião como chancela para a manutenção do poder e a corrupção e tráfico de influência para obter lucro. Ainda existe o sujeito iluminista que se agarra aos moldes etnocêntricos. As classes desfavorecidas tentam reivindicar seu espaço na sociedade, buscando a justiça social e se organizando para receber seu devido quinhão. Não obstante aconteçam alguns avanços sociais, a identidade do povo brasileiro ainda continua em formação.

Referências

- BERND, Zilá. UTÉZA, Francis. O caminho do meio: uma leitura da obra de João Ubaldo Ribeiro. Porto Alegre : Editora da Universidade, 2001, p. 137-138.
- BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. 5ª ed. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis & Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 126, 165, 207.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011, p.147.
- CANDIDO, Antonio. Vários escritos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 191.
- DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 101
- ESSELIN, Paulo M.; OLIVEIRA, Tito C.M. e OLIVEIRA, Marco A. M. Fronteiras Esquecidas. A reconstrução de hegemonia nas fronteiras entre os rios Paraguai e Paraná. Dourados: Ed. UFGD, 2012, p 93
- GIACON, Eliane Maria de Oliveira. Literatura e identidade nacional: uma leitura de viva o povo brasileiro. Jundiá: Paço Editorial, 2012, p. 92,93, 95.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 9ª ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 16, 21, 25, 60.
- NASCIMENTOS, Naiara Almeida. Cunhataí e os dilemas do leitor pós-moderno. Da narrativa ao romance: a prosa da Guerra do Paraguai nos limites da ficção (Histórica) contemporânea. Tese de doutoramento. Universidade Federal do Paraná, 2006, p. 303.
- NOLASCO, Edgar Cezar. Arte, Cultura e Literatura em Mato Grosso do Sul: por uma conceituação da identidade local. Campo Grande: Life Editora, 2011, p. 155.